

**COMUNIDADES, IDENTIDADES E SUA SUSTENTABILIDADE
ECONÔMICA: VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ATRAVÉS DE UMA
PRÁXIS EDUCATIVA**

***COMMUNITIES, IDENTITIES AND ECONOMIC SUSTAINABILITY:
VALUING HERITAGE THROUGH EDUCATIONAL PRAXIS***

André Luis R. Soares¹

Guilherme Dias²

Resumo

Este trabalho visa contribuir com uma discussão, ao mesmo tempo em voga e premente, do patrimônio e seu lugar na Gestão Integrada do Território como elemento desencadeador de desenvolvimento social, articulado à exploração econômica como forma de geração de emprego, trabalho e renda, bem como sua relação com o ambiente, a partir de um estudo de caso no Rio Grande do Sul. Ainda, propõe-se a discutir como uma ação de valorização dos bens culturais devem passar por uma ação integrada de ação-reflexão-reação, que aqui se denomina práxis educativa para o patrimônio.

Palavras-chave: educação patrimonial, patrimônio, práxis educativa.

Abstract

This paper aims to contribute to a discussion at the same time recently and pressing, of heritage and their place in Integrated Territory Management as a trigger element of social development, articulated with economic exploitation as a form of employment generator, employment and income, as well as its relationship with the environment, from a case study in Rio Grande do Sul, Brazil. Still, it is proposed to discuss how an action for recovery of cultural property must go through an integrated action-reflection-reaction, which here is called heritage educational praxis.

Keywords: heritage education, Heritage, educational praxis.

¹ Professor da Universidade Federal de Santa Maria- UFSM, Brasil. Doutor em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE/USP. Coordenador do Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória – NEP-UFSM.

² Professor do Colégio Militar de Santa Maria. Licenciado em história pela UFSM, Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do RS – PUCRS.

INTRODUÇÃO

Para este trabalho, pretendemos discutir, por partes, o título ora apresentado. Atividades acadêmicas em comunidades podem ser classificadas grosseiramente como atividades de pesquisa, ensino ou extensão, tripé sobre o qual se debruçam as universidades públicas e particulares brasileiras. As comunidades, étnicas, raciais, econômicas, periféricas, de gênero ou outra qualquer, são alvo de diversas atividades, qual aquelas julgadas desfavorecidas em algum ponto destacado tornam-se objeto de intervenção a título de dialogar, sanear ou promover o desenvolvimento, no mais das vezes econômico, sendo este um dos critérios para a busca por melhorias.

Porém, há que se destacar que a visão economicista, de solução financeira como panacéia dos males sociais, é ultrapassada, devendo se constituir como um dos pilares para ações de médio e longo prazo que contemplem também as questões sociais e ambientais.

Reconhecer que os componentes económico, ambiental e social não só devem acontecer simultaneamente, mas que há um entrelaçamento “ab initio”, que é independente de se querer ou não querer que um elemento interfira com o outro. Há uma transversalidade entre o económico, o ambiental e o social que precisa não só ser reconhecida, mas que é mais do que hora de que se aprenda a planejar, implantar e acompanhar o desenvolvimento em um território, de menor ou maior dimensão, de maneira integrada, a partir do todo para a parte e voltando ao todo, tendo em conta todos os actores que vivem e viverão naquele território (OOSTERBEEK et all., no prelo).

Deste ponto de partida surge o segundo item, o que identifica ou oportuniza identidade a esta comunidade. Novamente a identidade pode ser dada por questões étnicas, religiosas, culturais, históricas ou outros vários fatores. A intervenção sobre estes grupamentos humanos poderá se desenvolver, entre outros motivos, pela desestruturação ou insatisfação destas pessoas com suas realidades imediatas. As identidades, em primeiro lugar, são processos históricos, no mais das vezes constructos sociais dados pela necessidade dos Estados-Nação realizarem uma unificação em torno de vários fatores, como heróis nacionais, passado compartilhado e território pretensamente unificado. Assim, conforme apresentamos adiante, a identidade não é algo pronto, acabado ou petrificado: são estruturas dinâmicas, socialmente dadas e historicamente construídas, podendo ser assim modificadas ou transformadas pelos agentes envolvidos no processo.

Deste ponto, da comunidade e de sua identidade, verificada por suas particularidades que as tornam diferentes uma das outras, surgem as propostas de sustentabilidade econômica. Embora colocado em terceira pessoa, sabe-se que não é assim: as propostas não surgem, são criadas por agentes sociais, culturais, políticos, econômicos ou outros que desejam/entravam mudanças históricas. Dificilmente será verificada a presença destes agentes para que a situação permaneça igual, ou sem alterações. Quando as comunidades estão satisfeitas, não são necessários.

Nesta proposta de artigo, apresentamos alguns resultados obtidos durante os mais de dez anos de atividades do Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória da Universidade Federal de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Estas atividades versam sobre alguns eixos que se coadunam com o título deste trabalho, e apresento, em primeira mão, a defesa de que a ação social para melhoria de condições sociais, econômicas, políticas ou de pertença étnica e/ou social podem ser resultado de um processo de tese-antítese-síntese na qual a ação-reflexão-reação dos educadores que tem como objeto o patrimônio, podem ser descritos em termos de práxis educativa, indo para muito além da consagrada “educação patrimonial”. Neste sentido, considerando a Gestão Integrada do Território como uma construção que considera Comunidade, Economia e Ambiente, tentaremos traçar, ao mesmo tempo, um breve diálogo entre estes elementos e o patrimônio.

A RELAÇÃO DA COMUNIDADE E A IDENTIDADE CULTURAL

Identidade não é um rótulo. Embora costuma-se criar formas de identificação e classificação, deve-se antes de mais nada lembrar que a construção histórica do que comumente chama-se “identidade” é uma formação dos Estados-Nação, que a partir da consolidação dos mesmos criam laços de pertença para formatar um passado comum calcado em território, língua e história coletivas. Esta constituição do Estado-Nação, na Europa, remonta com mais vigor a partir do século XVIII. No extremo oriente, embora a unificação do Japão tenha ocorrido no século VII, é também no século XIX que se construirá a ideia de “identidade nacional” e se buscará elementos para sua consolidação.

No Brasil, identidades são construídas conforme diversos processos históricos, étnicos, culturais, entre outros. Mas vale lembrar que muito do que se confere como identidades étnicas na verdade são construções de um Estado-Nação, mas **não são**

étnicos (os “alemães” chegaram ao Brasil antes da unificação da Alemanha, processo semelhante aos italianos; não há etnicidade em nacionalidades).

Ao mesmo tempo, o Brasil é palco de identidades hifenizadas, onde a reprodução do termo “étnico” para os nacionais de diversos países do mundo permitiu a identidade de teuto-brasileiros, ítalo-brasileiros, nipo-brasileiros, etc., em processos similares a outros lugares no qual a imigração tomou proporções significativas. Carregam em si uma identidade, mas, antes de qualquer coisa, são identidades construídas, inventadas (HOBBSAWN; RANGER, 1984) pela necessidade de consolidação de um passado histórico comum, assim como a língua. A partir da construção da identidade também observa-se a “invenção” das tradições, como afirmam Hobsbawn & Ranger:

Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar outros valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBBSAWN; RANGER, 1984, p.9).

Da mesma forma, estas identidades podem ainda ser pensadas ou construídas como um arcabouço mental a partir do que ficou para trás, no passado idealizado, existente somente nas memórias dos seus portadores, como comunidades “imaginadas” (ANDERSON, 2008). Ao se abandonar o lugar de origem, uma nova terra natal é construída, a partir dos sentimentos, idealizações do futuro e frustrações do passado. Existentes somente na memória dos imigrantes, esta Pasárgada³ às avessas preenche muitas lacunas das memórias esquecidas.

O PATRIMÔNIO COMO IDENTIDADE

O patrimônio será um dos instrumentos do Estado-Nação para a criação, consolidação ou discurso afirmativo de identidade. A construção do passado, em termos materiais (como a valorização da arquitetura e outros monumentos de pedra e cal), ou imateriais (o discurso sobre o passado histórico, a construção dos heróis nacionais) serão utilizados como ferramentas para dinamizar o processo de pertença de grupos

³ Referência ao poeta brasileiro Manoel Bandeira, no qual situa a cidade da antiga Pérsia como um paraíso idílico, mesmo que imaginário.

sociais diversos e com objetivos diferentes, mas um uma uniformidade constituída a partir da necessidade dos Estados se reafirmarem enquanto território, língua, identidade.

Devemos salientar que a noção de patrimônio que adotamos hoje é oriunda do século XIX, quando os sábios e eruditos se colocaram contra as destruições levadas a cabo pela Reforma Religiosa na Inglaterra ou os saques promovidos pela Revolução Francesa. Assim, destaca-se que a própria noção de patrimônio se constrói “no processo de consolidação dos Estados Nacionais, servindo como justificativa ideológica para a construção de uma identidade nacional” (POSSAMAI, 2000, p.16).

Assim, o valor que é dado a determinado objeto arquitetônico, por exemplo, não se encontra apenas nas suas características físicas e morfológicas, mas em tudo o que ele passará a representar, como identidade de determinado grupo, cidade ou nação ou o período histórico ao qual pertenceu, entre inúmeros outros (POSSAMAI, 2000, p. 17).

A invenção do patrimônio não se dá de forma tranquila ou ahistórica. É um processo que envolve a perpetuação da memória, das tradições, das referências sociais e culturais, da manutenção das práticas materiais e imateriais, da persistência e da reprodução de determinados elementos considerados relevantes – ou do seu esquecimento.

O primeiro esforço do historiador é perceber que a categoria patrimônio adquire diversos sentidos dependendo do setor social para o qual se dirige. O esquecimento atua muito mais que a lembrança e ele é o elemento central da memória. Uma política de preservação do patrimônio deve ser orientada por duas perguntas: O que você esqueceu? Por que você esqueceu? (GARBINATTO, 2000, p. 43).

A discussão sobre o que é patrimônio ultrapassa a tradução de *pater*= pai (em latim) e *nomos*= legado, herança (em grego); é sabido que a denominação patrimônio cultural, historicamente, vem ganhando diversos sentidos, ou seja, o patrimônio é dinâmico e em desenvolvimento, e por isso deve-se atentar para as consequências pragmáticas do alargamento de seus conceitos. Talvez por isso preferimos pensar o patrimônio como um campo conceitual, no qual as diversas disciplinas traduzem ao seu campo as definições mais apropriadas.

Embora se saiba que o patrimônio também pode estar associado ao que recebemos ou herdamos do pai e da família, não podemos esquecer que está diretamente associado aos bens, ou seja, possui uma conotação financeira a respeito do que possuímos ou adquirimos. Assim, a concepção do patrimônio nasce na forma de

herança de caráter cultural, mas também de uma concepção econômica.

Dáí vem a exploração e sustentabilidade dos recursos patrimoniais, por um lado enquanto elementos considerados relevantes para a constituição da identidade local, e por outro como fonte de captação e exploração econômica, através do turismo – como é mais amplamente conhecido – mas não negando outras formas de sustentabilidade.

Não podemos deixar de dedicar atenção e, ao mesmo tempo, questionar o viés econômico que se imbrica com as políticas de proteção aos bens patrimoniais, quando estas visam atender a indústria do comércio e do turismo. Ainda mais, se tivermos em vista que a concepção de natureza, principalmente após o século XIX, a considera como um construto intelectual, um fato social. Dessa forma, configura-se uma mercadoria como qualquer outra. O patrimônio é então considerado, em alguns casos, como "recurso cultural, termo de conotação econômica e designativo de algo que pode ser usado com proveito por quem assim o denomina" (ARRUDA, 1996, p. 138).

O patrimônio cultural envolve bens naturais e culturais, mas também podemos incluir os bens de ordem intelectual e emocional (ATAÍDES; MACHADO; SOUZA, 1997), de maneira que não só a natureza que envolve o ser humano, mas suas obras e manifestações cívicas, religiosas e folclóricas formam uma identidade cultural a ser preservada.

Não podemos esquecer o contexto que faz surgir a discussão sobre quais são os patrimônios no Brasil e como passaram a ser preservados. Talvez o pioneiro mais notório seja Mário de Andrade, que a partir dos anos 1920 começa a percorrer o Brasil em busca de uma identidade nacional, construída a partir da ideia da miscigenação entre o branco, o negro e o índio. Assim, a construção de uma história nacional começava com o Brasil colônia e a cidade de Ouro Preto torna-se um ícone, recebendo o status de Monumento Nacional (1933). Em 1936 foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, cujo titular era Gustavo Capanema. Capanema logo recorreu a Mário de Andrade encomendando-lhe a elaboração de um programa de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro.

Esta preocupação começou com a Semana da Arte Moderna, onde os intelectuais buscam rastrear as condições para a criação de uma brasilidade. Assim, buscou-se o que seria um “autêntico” patrimônio brasileiro, e as cidades do século XVIII, erroneamente

denominadas “barroco mineiro”, serão o exemplo maior de uma criação ‘tipicamente’ nacional. Além disso, esta construção do patrimônio a partir da arquitetura gerou dois fortes marcos na concepção de patrimonialidade no Brasil: primeiro, a supremacia da “pedra e cal” sobre outras evidências e, segundo, a consolidação das elites econômicas como detentoras do poder simbólico que lançam os ditames do que será reconhecido ou não para glorificar a história do país (SOARES et al., 2007).

A política de preservação do patrimônio histórico e artístico se reduziu praticamente à política de preservação arquitetônica do monumento de pedra e cal. O levantamento sobre a origem social do monumento tombado indica tratar-se de: a) monumento vinculado à experiência vitoriosa da etnia branca; b) monumento vinculado à experiência vitoriosa da religião católica; c) monumento vinculado à experiência vitoriosa do Estado (palácios, fortes, fóruns, etc.) e na sociedade (sedes de grandes fazendas, sobrados urbanos, etc.) da elite política e economia do país (FALCÃO, 1984, p. 28).

Mário de Andrade passou a acumular a função de representante do SPHAN em São Paulo, onde elaborou um inventário preliminar, enumerando os exemplares do patrimônio cultural paulista que conseguira identificar em suas excursões com Paulo Duarte. A atuação do SPHAN foi regulamentada pelo Decreto-Lei 25/37 – documento redigido pelo seu primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade – no qual costumava-se apontar a influência do anteprojeto de lei de autoria de Mário de Andrade. Ainda hoje o anteprojeto de Mário é atual, e cada vez mais, tem-se caminhado na direção dele para definir o que é patrimônio e o que é passível de reconhecimento, intervenção e tombamento.

É deste período que se constitui a imagem do Brasil para os brasileiros: um país onde os elementos reconhecidos e registrados do país são igrejas católicas do século XVIII, casarões do mesmo período, mansões e palacetes: o país é formado por uma população branca, católica e rica, pois é assim que está representado em seus bens tombados. São mais de trezentas igrejas católicas, e apenas dois terreiros de candomblé, mesmo com uma população predominantemente multireligiosa; são centenas de prédios que simbolizam uma elite branca e europeia, que negam ou escondem os afrobrasileiros e os outros imigrantes do oriente próximo e distante. São apoteoses aos imigrantes brancos e quatrocentões da Península Ibérica, sendo apenas dois bens imateriais indígenas registrados num país de mais de cento e oitenta línguas nativas ainda sendo faladas. O patrimônio deve ser protegido por todos, mas é herança de alguns e deve ser preservado com recursos da maioria.

Podemos citar, por exemplo, a proposta de proteção dos denominados bens imateriais. Nas categorias de bens culturais de arte arqueológica e arte ameríndia consta a inclusão do tema “folclore ameríndio”, que se manifesta nos “vocabulários, cantos, lendas, magias, medicina, culinária ameríndias”, e na categoria arte popular consta o tema “folclore”, que consiste na “música popular, contos, histórias, lendas, superstições, medicina, receitas culinárias, provérbios, ditos, danças dramáticas”, entre outros.

Mário de Andrade também se preocupa com o aspecto educativo do patrimônio. Enquanto um grupo tenta atrelar a educação patrimonial ao seminário ocorrido em 1989 promovido pelo IPHAN e a tradução da *‘heritage education’* para educação patrimonial, Mário já antevia a necessidade de incorporação da materialidade dos prédios e objetos como componentes da história nacional. Conforme nos comenta Mário Chagas, para ele (Mário de Andrade) “as ações de preservação do patrimônio cultural estão identificadas com o processo de alfabetização” (ANDRADE, 1971, apud CHAGAS, 2006, p. 69). Talvez a origem do termo “alfabetização cultural”, questionada hoje, tenha sua origem na proposta do pioneiro paulista.

Não cabe aqui discriminar todas as modificações que o projeto de Mário de Andrade sofreu e o período político em que se insere (ver SOARES et al., 2007). Contudo, Mário de Andrade propõe uma resposta que valorize a variedade cultural, os distintos “Brasis” dentro de um Brasil, no qual a diversidade cultural deva ser vista como a nossa característica singular. Havia uma discrepância entre o anteprojeto e o projeto: enquanto Mário de Andrade está preocupado em conceituar o patrimônio e valorizar todas as formas de manifestações culturais, o decreto-lei de Rodrigo Melo Franco de Andrade trata das implicações jurídicas e os efeitos legais do tombamento, como o uso e o direito de propriedade. Isto é bem visível na constituição de 1937, conforme o artigo 1º do Decreto-Lei nº 25 de 1937:

ART. 1 - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Destarte, a preservação dos patrimônios também ficou ligada às elites representadas no conhecimento histórico produzido. Essa dominação das elites (econômica e política) do país é até hoje exercida, pois as mesmas manipulam, através,

principalmente, do seu status político, qual bem cultural será preservado. Isso justifica o número de bens tombados pertencentes a classe branca dominante frente a quantidade de bens registrados pertencentes a cultura afro-brasileira ou mesmo imigrante.

Então, ao invés de um discurso de que “ninguém ama o que não conhece”, talvez no caso brasileiro dever-se-ia perguntar: “a quem *mesmo* pertence este patrimônio que desejam que seja preservado?”. Talvez nesta resposta encontre-se o principal motivo de depredação, vandalismo e destruição dos bens culturais, pois não há pertencimento entre as pessoas e os elementos que se querem que sejam preservados. Ou as pessoas destroem por que nada significam para elas. O patrimônio enquanto identidade cultural, social ou étnica deve ser percebido como caminho de mão dupla, ou seja, qual ganho (afetivo, social, cultural, não necessariamente econômico) se tem para manter este elemento fazendo parte da paisagem sócio-cultural-espacial da cidade/local/comunidade.

Uma preservação da “identidade” que não dê retorno afetivo aos seus verdadeiros proprietários – nem que seja um usufruto emocional – está fadado ao abandono e ao esquecimento. Assim é que as ações educativas, no país, tem se consagrado sob o epíteto de “Educação Patrimonial”, termo já consagrado a partir dos trabalhos de Horta, Grunberg e Monteiro a partir do “Guia de Educação Patrimonial” (1989), um manual básico de referência obrigatória sobre os passos de um processo de valorização a partir da experiência no Museu Imperial.

Muitas críticas já foram tecidas sobre o tema. Em 2003, o autor deste texto com colaboradores, lançou o livro “Educação Patrimonial: Relatos e Experiências”, que apresentava uma percepção acadêmica de ação educativa a partir de atividades de arqueologia, ensino de História e de cidadania no município de São Martinho da Serra, pequena cidade distante vinte e dois quilômetros de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Em 2008, a partir do amadurecimento dos projetos de pesquisa, ensino e extensão, reunimos diversos colegas, professores da rede superior e do ensino médio e fundamental, para construir o livro “Educação Patrimonial: Teoria e prática” (em co-organização com Sergio Klamt, 2008).

Ato contínuo, ampliaram-se os eventos com a temática do patrimônio e mesmo

de Educação Patrimonial⁴ em todo o país, com nomenclaturas diferentes, porém sempre com mesas, grupos de trabalho, conferências ou comunicações acadêmicas sobre o tema. A proposta espalhava-se pelo país, em busca de formas de retomada de crescimento social e valorização do patrimônio.

PRÁXIS EDUCATIVA: A PROPOSTA

Em nossa experiência foi observado que a educação patrimonial, na maior parte da bibliografia consultada, apresenta ações de valorização dos bens culturais sem uma proposta teórica clara, seja no aspecto educacional ou político. Assim, é pouco observável quais autores se propõe a defender uma pedagogia construtivista, escolanovista, skinneriana, comportamentalista ou behaviorista. Embora a citação do pedagogo Paulo Freire seja quase referência obrigatória, não se encontram muitas obras com uma coerência entre a percepção pedagógica deste autor com as atividades desenvolvidas, que entende a educação como prática da liberdade e constrói a teoria da Educação Dialógica e Problematicadora na qual a relação educador-educando é horizontal, ou seja: acredita-se que a partir do diálogo e da reflexão os homens se educam em comunhão.

Assim, convivem, sem estranhamento, uma prática no qual as citações de Paulo Freire referendam sem problemas as aulas expositivas, palestras incontáveis e capacitação de professores que não ultrapassa a multiplicação de cartilhas didáticas, sem construção do conhecimento com os atores sociais envolvidos ou sem um processo de *feed-back* no qual as atividades acadêmicas correspondam a problemas surgidos nas comunidades de atuação.

Em trabalho anterior (DIAS; SOARES, 2008), demonstramos a aproximação entre a Educação Patrimonial e a educação libertadora promovida pelo educador Paulo Freire, principalmente no que se refere a percepção da própria condição de explorados como forma de libertação. Esta educação está, em parte, a serviço de grupos, entidades ou pessoas que vislumbrem, em última análise, a percepção de si próprios como fazendo parte de um sistema que os exclui e que os faz reproduzir valores, discursos e práticas de um grupo ou de uma classe. Neste processo, busca-se romper as amarras, através da

⁴ Apenas como exemplo, o I Fórum Latino Americano de Educação Patrimonial, Pelotas, RS, 12 a 17 de maio de 2008. Também o I Encontro Sul Brasileiro de Educação Patrimonial. Tubarão, SC, 16 a 18 de outubro de 2001.

educação, e obter a “libertação” da opressão que assume facetas econômicas, sociais, culturais ou de gênero.

Por isso a importância de se encontrar uma forma de educação que tenha como foco principal o indivíduo, que ensine a partir dos saberes e das memórias individuais e facilite o processo de aprendizagem do mesmo, daí a importância da pedagogia de Paulo Freire:

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária –, mas, também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir, discutir com os alunos a razão de ser desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade discutidas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem as saúdes das gentes? (FREIRE, 1996, p. 30).

O que se faz necessário perceber é que isso ocorre na Educação Popular assim como em uma práxis educativa, no qual o conhecimento trata-se de um processo de ação-reação-reflexão, no qual a atividade atual é o resultado do amadurecimento de uma ação desenvolvida e somada ao conhecimento adquirido na convivência com as distintas realidades e através de um diálogo contínuo. Da mesma forma que um educador não pode pressionar o educando a libertar-se, não cabe ao Estado ditar o que é patrimônio ou providenciar sozinho sua preservação. Antes de qualquer coisa é preciso possibilitar aos agentes históricos que percebam sua condição na sociedade, assim como escolha o que deve ser eleito como patrimônio. Tratamos em nossas atividades de parcelas geralmente excluídas dos processos produtivos e alijadas do poder econômico, como moradores de periferia, classes de baixa renda ou simplesmente alunos de diversas escolas públicas.

PRÁXIS EDUCATIVA NO PATRIMÔNIO: ALGUNS EXEMPLOS

As atividades desenvolvidas por aqueles que se preocupam com a memória e o patrimônio deveriam ter como seus objetivos a preservação das identidades culturais, ou seja, as particularidades de cada povo, de cada região ou de cada grupo. Principalmente, reconhecer as múltiplas influências que uma identidade cultural sofre de outra, percebendo assim as semelhanças, mas, principalmente, o que é diferente. Assim, é necessário que juntamente a essa noção de identidade, a qual construímos, defendermos que se precisa “resgatar o cotidiano, os elementos que constituem e fazem o ser e o agir,

a cultura, os bens patrimoniais – naturais e sociais [...] para a construção do sentido de cidadania” (ITAQUI, 1998, p. 17).

A educação patrimonial, aqui tratada como uma práxis educativa, parte da relação entre o homem, sujeito, e o objeto transformado por ele. Neste sentido, esta práxis aproxima-se da metodologia da Gestão Integrada do Território, pois, como metodologia, a práxis educativa percebe a relação entre o sujeito, artífice da realidade, em profunda relação com o meio que transforma e seu gerenciamento (não é inocente a origem do termo economia, o conhecimento do meio).

Nos estudos de caso que ora apresentamos, percebemos a construção do conceito de patrimônio a partir de uma esfera individual, ou seja, pode-se valorizar algo “de fora” se sou capaz de prestigiar algo “de dentro”, ou seja, a mim mesmo. Com a construção dessa identidade, busca-se que as pessoas envolvidas passem a exercer com maior afinco a sua cidadania, e, por conseguinte, criem uma identidade cultural, conforme afirma Santos:

O entendimento e a prática da cidadania, no nosso entender, começa pelo conhecimento da realidade onde o indivíduo está inserido, a memória preservada, os dados do presente, o entendimento das transformações e a busca de um novo fazer, o que não significa uma aceitação submissa e passiva dos valores do passado, mas o reconhecimento que estão ali os elementos básicos com que contamos para a conservação da nossa identidade cultural (1994, p. 78).

Para demonstrar a execução de nossas atividades, apresentamos o desenrolar de um projeto em um município de menos de dez mil habitantes, em um distrito com um história peculiar. Não vou fazer uma apresentação de GIT, mas de práxis educativa concebida como uma parte do que pode ser um projeto que utilize a GIT como desenvolvimento sustentável.

O local em tela é a cidade de General Câmara, distante noventa quilômetros da capital do estado do Rio Grande do Sul. O trabalho do Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória iniciou em 2005, a partir de um convite para realizar um projeto de educação patrimonial no acompanhamento das escavações arqueológicas desenvolvidas pelo Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, coordenado pelo prof. Dr. Sergio Célio Klamt da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. A partir desta atividade, e com

apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico⁵ – CNPq-, da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do RS⁶ – FAPERGS, e de edital nacional para projetos de Extensão⁷ – PROEXT, foram desenvolvidas atividades entre os anos de 2006 a 2010, com o intuito de promover uma valorização da autoestima da comunidade através do seu patrimônio.

Para tal é necessário um breve histórico do local. As informações completas sobre este projeto estão publicadas em diversos artigos acadêmicos e sistematizadas no livro “Santo Amaro do Sul: Arqueologia e Educação Patrimonial”, organizados por André Luis R. Soares e Sergio Klamt, publicado pela editora da UNISC em 2010.

Esse distrito tem sua origem em 1752, com a construção de um fortim na margem esquerda do Rio Jacuí, que servia de depósito de armas e víveres. Em 1755 chegaram os primeiros colonizadores, vindos principalmente dos arquipélagos dos Açores e da Ilha da Madeira, mas também da Colônia do Sacramento, de Laguna, de São Paulo e de outros pontos do Brasil. Santo Amaro é uma das primeiras vilas açorianas do estado, conservando o traçado urbanístico representativo do século XVIII.

Essa vila de representativo valor histórico teve no ano de 1998 um total de 14 edificações tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, entre elas a Igreja Matriz de Santo Amaro, datada de 1787.

Porém, além do patrimônio edificado, existe um patrimônio imaterial extremamente valorizado pela comunidade que, no entanto, passa ao largo do reconhecimento do IPHAN. Trata-se das festas locais, antigas e recentes, como a Festa do Divino Espírito Santo e Santo Amaro e a Festa de Navegantes.

A festa de Santo Amaro é realizada no distrito há mais de um século e reúne atualmente cerca de 2000 pessoas entre os dias 14 e 15 de janeiro. Ao longo desses dois dias é possível acompanhar os romeiros, que chegam de diversas cidades da região, alguns caminhando em grupos, outros em excursões que lotam com seus ônibus as estreitas ruas do distrito. A comunidade se envolve, seja no comércio informal que ocupa a praça, seja na organização dos eventos que compõem a festa. Os preparativos da festa têm início um ano antes com a escolha dos festeiros, que assumem a

⁵ Apoio através de edital universal do CNPQ, projeto 472363/2006-9 e bolsa de Iniciação Científica – PBIC.

⁶ Através de bolsa de Iniciação Científica para acadêmicos (2008)

⁷ Edital nacional do MEC-SESU, Projetos de Extensão –Proext, ano de 2009.

responsabilidade de coordenar sua organização. A festa é composta por uma novena, uma procissão luminosa, um baile e missas celebradas na Igreja Matriz. Ao término, o distrito retorna aos seus pouco mais de 600 habitantes, que durante o verão tem esse número triplicado e até quintuplicado pela presença de veranistas.

Já a Festa de Navegantes começou a ser reorganizada em 1989, dado o empenho da comunidade local. Isso porque ela já existia há mais de cinquenta anos. Além dos motivos religiosos, também se destaca por ajudar economicamente a comunidade em suas necessidades, pois serviu para angariar fundos a fim de terminar a construção de um posto policial, bem como banheiros, bancos e churrasqueiras perto do balneário. Inicialmente, essa festa era realizada pela AVASA (Associação de Veranistas e Amigos de Santo Amaro), tendo amplo apoio dos pescadores. Todavia, nos últimos anos, ela está sendo organizada pela Irmandade de Santo Amaro, criada no início do século XIX. Aparentemente essa mudança de coordenação da festa parece inocente, contudo, adentrando na sua história e entrevistando os moradores locais, percebemos que há uma intensa disputa pelo controle da festividade entre os pescadores e parte da comunidade e a Irmandade, revelando a intensa disputa pelo poder não apenas sobre os patrimônios materiais, mas também sobre os imateriais.

Na tentativa de inventariar os patrimônios da Vila de Santo Amaro, nos deparamos com uma comunidade de hábitos simples e com uma história de vida marcada por perdas políticas, como a mudança da sede do município para General Câmara (década de 1930); por perdas econômicas, a desativação da linha férrea (1962) e a redução do turismo de veranistas após a construção da barragem (1974); e, principalmente, marcada pelo descaso de seus governantes para com sua história e suas necessidades básicas.

Durante as entrevistas percebemos que os percalços enfrentados pela comunidade de Santo Amaro, ao longo de sua história, fizeram com que os laços de pertencimento da comunidade com o lugar onde vivem fossem fragilizados. Ao mesmo tempo, as diversas perdas supracitadas não foram bem resolvidas, de forma que associado ao desemprego houve um esvaziamento da localidade em detrimento da sede do município.

Diante disso, observou-se que a religião e suas manifestações tomaram uma dimensão representativa para a cultura local, bem como o rio Jacuí e os saberes que dele

se originam, como a pesca, a fabricação de redes e o artesanato em escama de peixe, passaram a integrar a pequena, mas complexa, gama de patrimônios imateriais que integram essa cultura. Era necessário um programa de valorização para, a partir da comunidade, mudar a autoestima das pessoas.

A metodologia utilizada para a valorização desta comunidade foi o resgate da memória e da história de vida dos moradores do distrito. Nesse sentido, entendemos que só é possível para uma comunidade reconhecer como patrimônios os bens que, de uma forma ou de outra, fizeram parte de sua vida e foram ou são representativos para sua cultura e identidade.

Sendo assim,

É necessária a ampla participação do indivíduo e da sociedade no processo de criação dos bens culturais, na manutenção dos lugares de memória, na tomada de decisões que concernem à vida cultural e na sua difusão e fruição. Se tomada dessa forma a cultura facilitará a construção de laços de significação, portanto de identidade que colaboram para a preservação e valorização do patrimônio cultural (MARTINS; VIEIRA, 2008, s. p.).

As entrevistas foram fundamentais, tanto para o levantamento de dados da pesquisa, como para a integração da comunidade com a equipe da universidade. Dessa forma, o cotidiano da vila foi sendo aos poucos desvendado, possibilitando à equipe de pesquisa perceber aspectos da cultura local, como por exemplo, a relação que essa comunidade estabelece com o rio, a qual extrapola o mero fator econômico e agrega a fé, a arte e o lazer. Uma vez o levantamento realizado, passamos a realizar algumas intervenções de caráter sistemático para a mudança da percepção que a comunidade tinha sobre si mesmos.

A partir da discussão entre os acadêmicos e a coordenação, acreditamos que deveríamos atuar em dois momentos na comunidade: diretamente com as pessoas e com a escola local. A comunidade foi ouvida em um debate provocado a partir da exibição de um filme de título “Narradores de Javé” (BRASIL, 2003, dir. Eliane Caffé), no qual uma comunidade vê a necessidade de registrar seu patrimônio devido o risco de uma represa inundar o local. Os moradores identificaram-se prontamente com Santo Amaro,

que perdeu sua condição socioeconômica pela construção da barragem de Amarópolis. Assim a equipe iniciou a discussão sobre o levantamento dos problemas locais⁸.

Na Escola Estadual Rio Grande do Sul, única no local e que atende somente o ensino fundamental, a ação foi diferente: propomos uma gincana ambiental-cultural com diversas atividades nos quais professores e alunos interagissem com o levantamento dos problemas locais, ambientais, econômicos, sociais e com respeito ao patrimônio. A descrição detalhada desta ação está pormenorizada em Rempel (2010), mas vale destacar que, a partir da discussão com os alunos e professores dos problemas existentes na comunidade, pode-se propor uma estratégia de ação em curtíssimo prazo para uma mudança na percepção do papel dos alunos enquanto indivíduos que tem poder para modificar a realidade imediata. Então, a partir da iniciativa dos alunos, foi proposto e realizado uma coleta de lixo na Vila, nas ruas e nas margens do Rio Jacuí, que todos consideram patrimônio. Depois, foram elaborados cartazes sobre as deficiências da Vila em termos ambientais, como ausência de coletores de lixo, entre outras.

A contrapartida da equipe do NEP foi a doação de duzentas mudas de árvores nativas da região da bacia do rio Jacuí para plantio e reflorestamento na Vila. O envolvimento das crianças foi total, e a repercussão muito positiva, no olhar de todos os partícipes do processo: professores, auxiliares, serventes e polícia militar, que colaboraram na gincana. Por fim, propomos aos alunos e professores uma “feira de idéias” na qual os mesmos puderam propor ações concretas de mudança de atitudes e de formas de estabelecer novas relações com o ambiente, como a reciclagem, entre outras.

PRODUTOS ELABORADOS PARA A DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO E VALORIZAÇÃO DA HISTÓRIA LOCAL

A partir do início das atividades com os alunos, percebemos ser necessário disponibilizar produtos que os professores, após o término do projeto, pudessem prosseguir no andamento de atividades de valorização do patrimônio local. Assim, alguns produtos foram criados, como Cartilhas Didáticas (A turma do Nepinho, Séries Iniciais e outra, destinada a Pré-Escola, figura 1).

⁸ Existem problemas sociais: a Vila de Santo Amaro é dividida entre os moradores da praça central, os pescadores de baixa renda e a “aldeia dos negros”, comunidade historicamente marginalizada e em vias de desaparecimento.

Figura 1: Cartilhas lúdico-didáticas produzidas com o intuito de valorizar o patrimônio local, considerando a inclusão social.



Fonte: André Soares.

Na esteira da elaboração das cartilhas, adentramos na construção de materiais lúdicos que tivessem como tema o patrimônio local, que deu origem a construção de um quebra-cabeças em três dimensões, no qual a Igreja Matriz de Santo Amaro era construída em duas etapas, como camadas sobrepostas, a fim de que a criança percebesse que o patrimônio é construído (literal e simbolicamente) por pessoas como todos nós (figura 2).

Figura 2: Quebra-cabeça da igreja. Eleita pela comunidade como o maior patrimônio, foi transformada em jogo lúdico-didático.

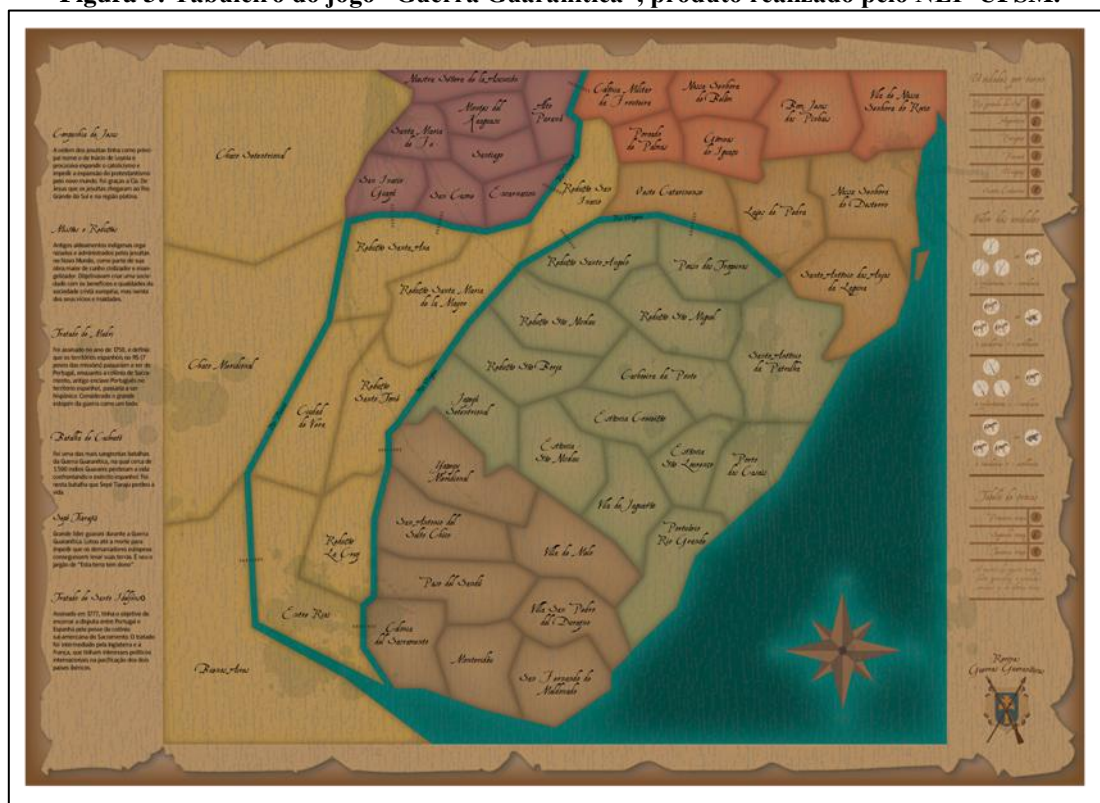


Fonte: André Soares.

Outro produto elaborado para o conhecimento da história local foi a confecção do jogo de tabuleiro denominado “Guerra Guaranítica”, um jogo de estratégia que conta a formação da fronteira sul a partir da guerra entre portugueses e espanhóis e índios missioneiros, Guaranis e Pampeanos. Neste sentido, a construção do jogo, que tem sua proposta a partir de um evento histórico que deu origem a Vila de Santo Amaro (lembrando que os açorianos deveriam colonizar o território das Missões, mas foram impedidos devido a deflagração da guerra). No jogo elaborado, além dos objetivos principais serem consoantes a história da guerra, são utilizados diversos elementos advindos da pesquisa histórica que dão veracidade aos elementos que compõe o jogo, como as armas utilizadas na época, os fardamentos, a composição dos exércitos, etc.

Este jogo, além de seu caráter lúdico-didático, apresenta de forma diferenciada a formação da fronteira sul brasileira e a origem de um dos patrimônios mais importantes da História do Brasil, antes Império Espanhol.

Figura 3: Tabuleiro do jogo “Guerra Guaranítica”, produto realizado pelo NEP-UFSM.



Fonte: NEP-UFSM.

UMA BREVE ANÁLISE DOS RESULTADOS – À GUIA DE CONCLUSÃO

Embora no período em que desenvolvemos este projeto não havia uma preocupação com um programa de Gestão Integrada do Território, percebemos que o que fazíamos na época tinha este intuito, mesmo que palidamente. A partir do conceito de Oosterbeck et al., percebo que caminhávamos neste sentido, embora com algumas deficiências:

A gestão integrada do território não é uma receita, é um conjunto de princípios orientadores que se apoiam nos desenvolvimentos teóricos do planejamento e ordenamento do território, em particular a gestão estratégica e a gestão participativa, mas compreende que as dinâmicas da realidade não são plenamente racionalizáveis e carecem de uma monitorização permanente e de exercícios prospectivos continuados. É um programa que valoriza a inovação tecnológica e a formação de capital humano em todos os níveis, combatendo a alienação dos cidadãos e reforçando a sua competência crítica. É, finalmente, uma abordagem que reconhece as limitações das soluções institucionais rígidas, pelo que a partir delas e com elas busca a construção de novas plataformas de governança, que reconheçam a expressão de múltiplos e distintos interesses, e que considerem a contradição não como algo a ser superado mas como o principal motor do desenvolvimento sustentável (OOSTERBECK et al., no prelo).

A ação que desenvolvemos com professores e alunos de diversos cursos de graduação tinha como objetivo último aumentar a auto-sustentabilidade da comunidade, mas a falta de um plano de governança e a falta de aporte político local para a implementação de ações de médio e longo prazo debilitaram a credibilidade da equipe, que não possuía recursos para inversão em projetos de modernização ou geração de emprego ou renda. Embora como experiência acadêmica tenha sido um programa de cinco anos de duração com altos resultados e impactos positivos ainda percebidos na comunidade, por outro lado não foi o suficiente para mobilizar as políticas públicas e os administradores políticos em nível municipal para implementar o programa em escala municipal.

Ficou o programa e seus resultados publicados, mas também a certeza que, durante cinco anos, fizemos a diferença em uma pequena comunidade no interior do Rio Grande do Sul, que deverá lembrar por alguns anos ainda as entrevistas, os registros e os legados para a escola e as pessoas, ações que mobilizaram jovens e adultos na valorização do ser humano em primeiro lugar.

REFERÊNCIA

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARRUDA, Rinaldo. Levantamento da contribuição dos Estudos Antropológicos na Elaboração dos Relatórios de Impacto Sobre o Meio Ambiente. In: CALDARELLI, S. (org.) **Atas do Simpósio Sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural**, Universidade Católica de Goiás, 1996. p. 138-144.

ATAÍDES, Jézus Marco; MACHADO, Laís Aparecida; SOUZA, Marcos André Torres. **Cuidando do patrimônio cultural**. Goiânia: Ed. UCG, 1997.

CHAGAS, Mário. **Há uma gota de sangue em cada museu**: a ótica de Mário de Andrade sobre os museus. Chapecó: Editora Argos, 2006.

DIAS, Guilherme; SOARES, André Luis R. Educação Patrimonial e Educação Popular: um viés possível. In: SOARES, André Luís Ramos; KLAMT, Sergio Célio (orgs.). **Educação Patrimonial: Teoria e Prática**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008. p. 65-78.

FALCÃO, Joaquim. A política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: **Estado e Cultura no Brasil**. MICELI, Sérgio. (org.). São Paulo: Difel, 1984, p. 28.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARBINATTO, Valeska. Ensino de História e patrimônio histórico: pontes para a construção da memória e cidadania. **Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras**, n. 27, Porto Alegre, p. 37-48. 2000.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HORTA, Maria L. P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

ITAQUI, José. **Educação Patrimonial**: a Experiência da Quarta Colônia. Santa Maria: Pallotti, 1998.

MARTINS, Anne Bastos; VIEIRA, Gustamara Freitas . Turismo e Patrimônio Cultural: Possíveis elos entre identidade, memória e preservação. **Revista on-line Estação Científica**. Disponível em:
<http://www.jf.estacio.br/revista/artigos/2ANNE_E_GUSTAMARA.pdf>. Acesso em: 16 de jul. 2008.

OOSTERBEEK, Luiz; SCHEUNEMANN, Ingelore; ROSINA, Pierluigi; TRISTÃO, Aline; ANASTÁCIO, Rita; GUIMARÃES, André; SANTOS, Filipe Duarte. Gestão Integrada de Grandes Espaços Urbanos: Uma Reflexão Transatlântica. **Revista Internacional em Língua Portuguesa (RILP)**. Número Temático: Cidades e Metrôpoles, no prelo.

POSSAMAI, Zita Rosane. A Pesquisa no Museu. **Ciências & Letras**, Revista da FAPA, n. 31, p. 77-86. 2002.

REMPEL, Anelise Heidi. Reflexos de Santo Amaro do Sul: educação patrimonial e interdisciplinaridade In: **Santo Amaro do Sul**: Arqueologia e Educação Patrimonial. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2010.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. A Escola e o Museu no Brasil: uma história de confirmação dos interesses da classe dominante. **Cadernos de Museologia**, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, n. 3, p. 45-74. 1994.

SOARES, André Luís Ramos; KLAMT, Sérgio Célio (Orgs.). **Educação Patrimonial**: Teoria e Prática. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008.

SOARES, André Luís Ramos; SPIAZZI, Daiane Tonato; OLIVEIRA, Fabiana de; DIAS, Guilherme. As relações de exclusão na preservação e manutenção dos patrimônios brasileiros. **Cadernos do CEOM (UNOESC)**, v. 26, p. 19-54. 2007.

SOARES, André Luis Ramos (org.). **Educação Patrimonial: Relatos e Experiências.**
Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003.